

PROCESSO DE FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O SEU IMPACTO NA DEMOCRACIA.

Bruno Rodrigues dos SANTOS¹; Pedro Paulo BOCCA²

¹ Centro Universitário Lusfada – Curso de Relações Internacionais, rodriiguezbruno@gmail.com;

² Centro Universitário Lusfada – Curso de Relações Internacionais, boccapp@gmail.com

Introdução

O presente trabalho versa sobre o conceito e as implicações de políticas públicas e controle social e o seu impacto na democracia. Através de uma análise teórica do assunto. O objeto desse trabalho é entender como o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas resultam em um impacto na democracia. Para tanto, será feito, primeiramente, uma análise histórica, para posteriormente, adentrar no mérito do conceito teórico.

A análise será baseada em termos mais teóricos que práticos, no intuito de entender as políticas públicas em suas origens, fundamentos, condições e implicações. Serão explorados desde textos e obras clássicas que analisam os aspectos, até os autores mais atuais, com a possibilidade de melhor contextualização dos conceitos nos dias de hoje.

A hipótese que se intenta verificar por meio desse trabalho é a que as políticas públicas possibilitam uma maior participação da sociedade, por meio da verificação dos problemas a serem resolvidos nas esferas Federais, Estaduais e Municipais, que possibilitam um acesso mais simples e direto, na elaboração de soluções de demandas específicas seja nas áreas de: Saúde, Educação, Transporte, Habitação, entre outros. Tornando mais efetivo à solução dos problemas e também a participação da sociedade na elaboração de estratégias a serem adotadas pelos governos, tornando desse modo, a democracia mais impactada e atingida pelas políticas públicas.

Motivos que influenciam no estudo das Políticas Públicas

Muitos são os motivos pelos quais estuda-se as políticas públicas, mas dentre todos os motivos destacam-se três: Motivos Científicos (universidades, grupos de pesquisa, acadêmicos, etc). Motivos Profissionais (Organizações Sindicais, Empresas e Corporações comerciais e industriais, técnicos e especialistas em diversos segmentos sociais, etc), e Motivos Políticos (Lideranças comunitárias, lideranças políticas, organizações não governamentais, etc).

Atores existentes nas Políticas Públicas

Muitos são os atores sociais envolvidos na discussão das Políticas Públicas, seja na formulação, na implementação ou na avaliação. Esses atores, procuram impactar de diferentes maneiras no processo político e na elaboração de políticas públicas e podem ser divididos entre: atores estatais e atores privados.

Processo de Formulação e Implementação de Políticas Públicas

Considerando que as Políticas Públicas são elaboradas com o intuito primordial de compor as demandas sociais, o processo de formulação e implementação ganha uma relevância importante, pois nos permite analisar as características ao longo do policy cycle que determinam a eficácia ou fracasso das soluções propostas pelas políticas adotadas.

Avaliação das Políticas Públicas

Os estudos científicos sobre Políticas Públicas desenvolveram-se como uma consequência dos constantes questionamentos, por parte dos investigadores sociais, sobre a efetividade das ações de intervenção social praticadas pelas políticas governamentais ao longo dos anos. Essa visão de análise aumenta progressivamente e justifica-se pelo surgimento de uma necessidade de construção de um agir público baseado na dinamização e reforma do Estado.

Nessa perspectiva, surge, em seguida, a concepção de avaliação das Políticas Públicas, que se associa a uma necessidade de mensuração e apreciação dos resultados das intervenções da gestão pública na sociedade.

Com a avaliação é possível finalizar o ciclo de elaboração de uma Política Pública (figura 5) que vem desde sua formulação, passa pela implementação onde elucida-se as condições específicas requeridas no processo de implementação e torna claro todo o processo existente para que uma Política Pública torne-se efetiva.

Figura 5 – Policy Cycle (Ciclo de Política).



Fonte: TUDE, João Martins, 2010

Conselhos Gestores de Políticas Públicas

São locais públicos de estruturação múltipla e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das Políticas Públicas.

Os conselhos não são locais do governo, nem mesmo da sociedade civil. São locais públicos plurais, nos quais representantes da sociedade e do Estado, pleiteiam, negociam e, ao mesmo tempo, dividem a responsabilidade pela produção das Políticas Públicas em áreas específicas.

Há muitas maneiras de classificar os conselhos gestores de Políticas Públicas, dependendo dos parâmetros usados. Todavia, a classificação mais utilizada e aceita na literatura diz respeito à pesquisa “Conselhos Municipais e Políticas Sociais”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Essa classificação compreende os conselhos como meios de Políticas Públicas e sociais; e os separa em três tipos:

1) Os conselhos de Políticas 2) Os conselhos de programas e 3) Os conselhos Temáticos.

Referências bibliográficas

FREY, Klaus. POLÍTICAS PÚBLICAS: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000. 1 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Unilus, Santos, 2015. Cap. 1. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SILVA, Pedro Luiz Barros da; MELO, Marcos Andre Barreto de. O processo de implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. 2000. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Unilus, Santos, 2015. Cap. 1. Disponível em: <www.nepp.unicamp.br/d.php?f=42>. Acesso em: 19 jul. 2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Unilus, Santos, 2015. Cap. 1.

Promoção

Centro Universitário Lusfada – UNILUS
Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do UNILUS - PPGPE
Comitê Institucional de Iniciação Científica do UNILUS - COIC
Núcleo Acadêmico de Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia do UNILUS - NAPET

“Desde o momento em que estabelece no seu pensamento um propósito definido, sua mente começa tanto conscientemente como inconscientemente a reunir e armazenar o material com o qual o fará alcançar o seu propósito”. Napoleon Hill